

Congresso: quase tudo fica para depois.

VICENTE DIANEZI

Emperrado em seu próprio regimento, na profusão de partidos e em 19.646 projetos, muitos deles descartáveis que aguardam votação, o Congresso encerrou na madrugada de sábado os primeiros 135 dias de atividades da nova Legislatura apresentando uma baixa produção de leis. A partir de hoje

quando encerram formalmente os trabalhos — seus 503 deputados e 81 senadores entram em férias para voltar a trabalhar só em agosto — adiando assim votações de matérias de amplo interesse da sociedade. Por conta do recesso de julho, ficaram para depois projetos como o da lei de diretrizes e bases da educação, lei do inquilinato, política salarial e desregulamentação das atividades portuárias, entre outros. Além disso, cerca de 200 artigos da nova Constituição ainda não foram regulamentados.

“O deputado é obrigado a ouvir duas horas de discursos antes de votar”, afirma o ex-ministro da Fazenda e deputado federal, Delfim Netto (PDS-SP). “Sem limpar a pauta, eliminando os projetos medíocres, o Congresso não vai andar”, propõe José Genoino (SP), líder do PT na Câmara. “As comissões permanentes devem funcionar à noite e o plenário de dia”, sugere o economista e deputado tucano, José Serra (SP), referindo-se à má divisão das atividades parlamentares. “O deputado

que falta a um determinado número de sessões deveria perder o mandato”, defende Alberto Goldman (PMDB-SP). “O Congresso tem uma estrutura anacrônica”, encerra o líder do PTB, o deputado paulista Gastone Righi (veja texto nesta página).

Viagens ao Exterior

No primeiro semestre, deputados e senadores adiaram temas importantes e candentes, mas não deixaram de aprovar 238 renovações ou novas concessões para exploração de serviços de rádio e televisão. A Câmara dos Deputados chegou a apreciar o projeto que institui o dia da Liberdade de Expressão; o que inseriu três novas estrelas no pavilhão nacional referentes aos Estados de Mato Grosso do Sul, Amapá e Roraima — e aprovou a criação de mais três áreas de livre comércio: os paraísos fiscais de Bonfim e Boavista, em Roraima, e o de Guajará-Mirim, em Rondônia. O Senado decidiu realizar, em dezembro próximo, uma sessão especial em comemoração ao primeiro centenário da morte do imperador D. Pedro II e aprovou a realocação dos funcionários da extinta Fundação Projeto Rondon para outros órgãos da administração pública federal.

A Câmara dos Deputados e o Senado votaram um total de 442 propostas entre projetos, resolu-

ções e requerimentos, incluídas autorizações para senadores se ausentarem do País. Assim, o senador Odacir Soares (PFL-RO) ganhou autorização para participar, durante 20 dias, da reunião anual da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em Genebra — mesmo local em que o ministro do Trabalho e Previdência Social,

Antônio Magri, fez um dia de turismo e foi quase crucificado por isso. O senador Nélson Carneiro foi autorizado, em março e maio, a passar 24 dias no Exterior, a senadora Júnia Marise (PRN-MG) a 20 dias na China e o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) requereu permissão para ficar 20 dias na Coreia do Norte, tempo

de duração de uma Conferência Interparlamentar. Já o senador Albano Franco (PFL-SE) solicitou autorização para participar, durante 14 dias na Alemanha, de um seminário com empresários locais.

O problema do quórum

As agendas internacionais intensas e extensas acabam prejudicando as atividades internas do Congresso. No dia 11 de junho passado, uma terça-feira, os membros da Comissão Mista de Orçamento não puderam votar o nome do relator do projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) porque faltaram três senadores para instalar a sessão — que só pode iniciar os trabalhos com a maioria absoluta de seus membros. Nesse mesmo dia, aliás, apenas três parlamentares, além de oito jornalistas, aguardavam no horário marcado o relator do projeto da Lei de Informática, deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), que iria ler seu parecer. A sessão começou com um atraso de mais de uma hora.

No mesmo dia e hora nas outras comissões o clima não era menos desolador. O ex-superintendente geral do Banco do Brasil, César Manoel de Medeiros, falava para nove dos 26 deputados integrantes da CPI que investiga a reforma administrativa do BB, enquanto o ministro da Saúde, Alce-

ny Guerra, era ouvido por apenas 10 dos 26 membros da CPI que analisa os problemas da fome no Brasil. Nos dois casos, como eram depoimentos, a exigência de quórum não chegou a interromper as sessões. Já a subcomissão da Zona Franca de Manaus estava abarrotada de parlamentares da região Norte que faziam discursos inflamados diante das câmeras da TV Amazônica, afiliada da **Rede Globo**, em defesa daquele paraíso fiscal.

“O Congresso só trabalha às quartas e quintas-feiras pela manhã”, afirma um deputado que pediu para não ser identificado. Mesmo assim, ele atua intensamente na segunda quinzena de junho, como acontecia na Legislatura anterior. Peneirando-se as 442 proposições votadas, pode-se resumir os trabalhos aos seguintes pontos: negociação e aprovação das Medidas Provisórias 294 e 295 que definiram o Plano Collor II; a lei que define as regras para as eleições municipais de outubro de 1992, a Lei de Custo e Benefícios da Previdência e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); sem a qual, aliás, os parlamentares não poderiam entrar em férias. É verdade que a Câmara aprovou os projetos das Leis de Informática e do Inquilinato, mas como o Senado tem o papel revisor, a sociedade ainda aguardará o próximo semestre para saber como ficarão essas novas leis.

